



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

CORUMBÁ, MS, 25 DE JULHO DE 1997

Meu caro Governador do Mato Grosso do Sul, Wilson Martins; Senhores Governadores; Senhor Governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira; Senhores membros da delegação boliviana, que aqui nos dão a honra da presença; Senhor Embaixador Itamar Franco; Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e ex-Presidente da República, Senador José Sarney; Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Deputado Benito Gama; Senhores Senadores; Senhores Deputados; Senhor Prefeito de Corumbá, Éder Brambila; Senhor Presidente da Petrobras, Dr. Joel Rennó; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores,

Creio que não poderia haver momento mais prazeroso para o Presidente da República e para a delegação que o acompanha do que este que estamos vivendo aqui. Há pouco, na Bolívia, testemunhamos uma cerimônia significativa, para dar início à construção do gasoduto que vai unir a Bolívia ao Brasil.

Como eu disse há pouco lá na Bolívia, é um gasoduto que corta 3.150 quilômetros, quase 3 mil dos quais em território brasileiro, atravessando 7 estados, 120 municípios e fazendo com que haja a possibilidade de

uma energia limpa, uma energia barata em toda a região cruzada por esse gasoduto ou, pelo menos, nos pontos nodais dessa região.

Isso é uma preocupação antiga do Brasil, da Bolívia, mas que foi possível realizar porque houve uma modificação sensível na concepção brasileira sobre a questão energética. E essa modificação diz respeito ao fato de que o Brasil entendeu que o seu progresso depende da sua inserção no espaço sul-americano.

Se no passado havia algumas mentes inquietas, preocupadas com o que se poderia imaginar que fosse a dependência do Brasil para com seus vizinhos que fornecessem energia, e talvez alguns vizinhos preocupados com o que pudesse parecer uma penetração do Brasil em suas economias, hoje nada disso subsiste. Hoje, existe uma concepção tranqüila em toda a América do Sul no sentido de que a nossa união é o nosso futuro.

E nós estamos concretizando acordos muito importantes na área energética. Esse, do gás, é fundamental. Disse, há pouco, que era uma obra equiparável à obra dos anos 70, da hidroelétrica de Itaipu. Disse também, e repito, que é obra, eu diria, de gerações, porque vem dos sonhos do final da década de 50 para se concretizar agora. Portanto, eu apenas dou seqüência a uma aspiração.

Quiseram os deuses que o momento fosse propício para que nós concluíssemos esse grande esforço e para que essa conclusão se desse num momento em que, efetivamente, nós estamos mudando toda a matriz energética brasileira, aumentando a proporção relativa do gás e, portanto, diminuindo a proporção relativa de outras fontes energéticas.

Mas nosso empenho não é só no gasoduto Brasil-Bolívia, é mais amplo. Nós estamos buscando gás na Argentina; no futuro, quem sabe, no Peru. Estamos avançando na questão da hidroeletricidade. Há poucos meses, fizemos um acordo com a Venezuela. Nesses acordos todos, a participação do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério de Minas e Energia, no caso do petróleo, do gás, da eletricidade, e a presença muito ativa da Petrobrás e da Eletrobrás têm constituído o quadro de apoio para essa transformação.

Fizemos um acordo com a Venezuela que vai permitir que a energia gerada pelo Guri chegue a Roraima e seja possível utilizá-la em Boa

Vista. Estamos prosseguindo nesta mesma senda de integração crescente em outras áreas. Estamos fazendo com que as conversoras permitam que a hidroeletricidade gerada, além daquela já gerada no Paraguai, no Uruguai e na Argentina, se interconecte com a do Brasil. O Ministro Raimundo Brito acabou de anunciar ao País a licitação para a integração energética nacional Norte-Sul.

Em suma, nós estamos operando uma transformação, em grande profundidade, da matriz energética. Perguntava, nesta manhã, ao Ministro quantos novos contratos de geração de energia foram feitos. Foram 70, mais ou menos, muitos dos quais já em marcha. Vamos acrescentar, até o ano 2000, cerca de 23 mil megawatts aos 54 mil disponíveis, ou seja, um aumento considerável na capacidade geradora do País.

É um novo momento do Brasil. É um momento em que a afirmação das nossas potencialidades se torna óbvia. O futuro é agora. Deixamos de ser um país que sempre pensava no futuro. É agora o nosso futuro! E o nosso futuro é conjunto. É conjunto com a América do Sul e, no caso aqui, específico, é conjunto com a Bolívia.

Isso vai propiciar também fonte de geração de energia para Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e para muitas outras áreas do Brasil — energia que se pode deslocar mais facilmente, como o gás, que não fica na dependência de grandes linhas de transmissão; energia que não vai depender da inundação de áreas, ferindo, muitas vezes, o meio ambiente.

Mas não é só por isso que nós devemos estar hoje contentes por estarmos aqui, em Corumbá. Por Corumbá mesmo e por Mato Grosso do Sul. Eu prometi, há muito tempo, ao meu amigo, meu antigo companheiro de Senado, Wilson Martins, por quem tenho um respeito e uma admiração e uma amizade antiga, que viria a Mato Grosso.

Nós escolhemos Corumbá. Corumbá tem toda uma transcendência histórica. Corumbá foi o grande pólo de desenvolvimento regional, foi o grande entreposto. E eu dizia, há pouco, ao Prefeito de Corumbá que ele vai contar com o meu apoio, dentro das minhas possibilidades, para que nós possamos reconstruir esse paredão tão bonito do porto de Corumbá, que merece um esforço grande de reconstrução; e, de alguma

maneira, sem que com isso o Governador Dante de Oliveira fique aflito, porque ele sabe também do amor que tenho pelo Mato Grosso.

Com isso, nós estamos querendo mostrar que queremos incorporar o Pantanal ao Brasil, porque o Pantanal, realmente, é uma preciosidade da biosfera, é um patrimônio da humanidade, nesse aspecto. E eu creio que nossa presença aqui significa também essa atenção, que nasce no Mato Grosso do Sul e se estende pelo Mato Grosso adentro e é realmente alguma coisa que tem a ver com muito carinho pelo Pantanal.

Eu acho que o Pantanal, do que eu conheço, não se compara com nenhum lugar, porque é uma natureza tão, ao mesmo tempo, pródiga, que às vezes parece estranha, mas logo é doméstica. Na primeira vez, quando se vê jacaré perto, quando se está pescando, tem-se um susto. Depois, se percebe que o jacaré – me perdoem a expressão – é quase humano, ou melhor, ele é mais que humano, porque, às vezes, é mais dócil que os humanos.

Quando se percebe esse convívio tão ameno – até as piranhas, das quais eu tinha, e tenho, tanto medo, de repente a gente aprende a vê-las no seu ambiente como uma coisa que não agride –, vê-se que isto aqui é uma terra de amor, de amor à natureza, uma terra que permite realmente simbolizar o que de melhor nós temos no Brasil.

E foi por essa razão, e agradeço as palavras do Governador Wilson Martins, que nós tomamos a decisão de federalizar o Projeto do Pantanal. O Pantanal não pode ser pensado nos limites do tesouro de dois estados. Apesar do grande empenho dos seus governadores, não terão recursos para enfrentar essa questão. E a preservação do Pantanal significa água encanada, significa esgoto, tratamento de esgoto, significa bem-estar para a população, significa a possibilidade de recriar-se a vida pantaneira, a pesca pantaneira, a caça pantaneira, o modo de vida, a cultura tão rica desta região.

Não se trata, simplesmente, de um projeto em abstrato para preservar a natureza. É o homem como parte dessa natureza. O homem que, às vezes, destrói a natureza, quanto ele é bem tratado, passa a ser uma parte criativa junto da natureza. E é isso que nós estamos também marcando com a nossa presença hoje aqui, essa atenção toda especial. O

Ministro Gustavo Krause foi o grande incentivador desse programa, com a capacidade inesgotável que ele tem de convencer e com o entusiasmo que ele tem – às vezes, eu fico perguntando: mas será que é pernambucano ou mato-grossense? –, com esse entusiasmo incrível que ele tem para mostrar que é preciso, realmente, colocar o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável como centro da questão.

Porque não se trata da preservação: trata-se do desenvolvimento, e do desenvolvimento sustentável, que é possível. E nós vamos mostrar, aqui, nesta região, como exemplo para o mundo, que nós seremos capazes de desenvolvê-la respeitando o meio ambiente, até porque o meio ambiente vai passar a ser uma parte fundamental da sua própria economia.

Essa é uma mudança. Mas eu queria dizer que essa mudança tem um significado ainda mais especial, porque nós assistimos aqui à formação de um comitê pela integração da bacia do Alto Paraguai. Nós estamos vendo aqui uma concepção nova. Eu acompanhei de perto a legislação: foi extraordinário o esforço da Câmara e do Senado – o Deputado Cedraz foi o relator na Câmara – para se ter uma nova concepção do tratamento das águas e das bacias hidrográficas, um tratamento democrático, que requer a participação da população, que requer que se ouça os usuários, que se ouça o conjunto da população sobre os aspectos essenciais das decisões que o poder público toma e que vão afetar o modo de vida das populações.

E mais ainda: numa nova modalidade de preservação, acabamos de assinar aqui alguns memorandos de entendimentos, alguns contratos. E vamos fazer com que o setor privado também se ocupe da preservação ambiental. Só num dos casos, o do SESC, são 110 mil hectares de terra. É muita terra. E são três diferentes grupos que vão se ocupar dessa terra.

Isso, sim, é servir ao público. É o setor privado usando a terra para servir ao público, e não simplesmente utilizar a terra para seus fins próprios. Isso é novo no Brasil. E é muito importante também porque o Estado não tem condições, sozinho, de fazer frente a um desafio tão grande quanto seja o da preservação das nossas riquezas naturais.

Quantas vezes eu ouço pelo mundo afora: “Ah, mas houve uma violação aqui, outra ali.” Eu pergunto: já olharam para o mapa? Já

viram o tamanho do que nós temos que preservar? Sabem quantos nós somos, o que temos que preservar? Sabem quantas pessoas do Ibama podem se ocupar disso ou quantos são os fiscais que podem? São pouquíssimos. E os meios de transporte? A todo instante, têm-se que pedir à nossa Aeronáutica, ela própria com muita dificuldade para manter seus aviões voando, tendo a dificuldade que nós temos para o equilíbrio da nossa economia.

Portanto, nós só conseguiremos atingir os nossos objetivos nacionais se realmente entendermos que eles são nacionais, e não estatais. Não são do Governo, são do povo, do País. O Governo dá o sinal. O Governo fiscaliza. O Governo dá a regra. Mas o Governo, sozinho, é impotente para fazer frente a tantos desafios. E aqui se está mostrando um caminho concreto de colaboração: por um lado, um comitê que é da sociedade civil; por outro lado, são as empresas privadas. E são os Estados. E é a prefeitura. E é o Governo Federal. E mais ainda: temos o BID, temos o Fundo de Cooperação Internacional do Japão, que têm sido de grande valia nesses projetos todos. Eventualmente, teremos outras fontes internacionais de financiamento, como já temos na questão do gasoduto, com relação à CAF, que é a Corporação Andina de Fomento.

É a nova mentalidade, que consiste em definir com clareza os objetivos, em persistir, em não temer os obstáculos; mas, sobretudo, que requer solidariedade, que requer que haja, realmente, a convergência de esforços, para que nós possamos superar as nossas dificuldades.

Corumbá passa a ser marco desse espírito novo. E quero felicitar o Governador Wilson Martins e o Governador Dante de Oliveira, todos aqui. E, ao felicitá-los, felicito as comunidades que eles representam, tanto a civil quanto a política, porque têm essa compreensão e tiveram essa compreensão. Quantas vezes estiveram conversando comigo, para me sensibilizar sobre a necessidade desse projeto? Quero felicitá-los por terem tido a capacidade de despertar a atenção do País para a riqueza desse patrimônio ecológico que é a região pantaneira.

E quero lhes dizer que, se não puder estar aqui a todo instante, e lamento muito, sobretudo, não poder estar aqui, como já estive em outras ocasiões, por esses rios afora – até, uma vez, invadi, sem querer, a

Bolívia, fiquei na dúvida se era a Bolívia ou o Brasil, até hoje tenho essa dúvida; vi uma bandeira boliviana lá, respeitei –, mas, de qualquer maneira, não podendo voltar com tanta freqüência e na condição de cidadão apenas, quero dizer que, mesmo que não volte com freqüência, podem ter certeza de que, se Corumbá quer dizer, etimologicamente, como me ensinou há pouco o Governador Wilson Martins, “confins”, não é isso? “perdido nos confins”, “terra ignota”, não será ignota para nenhum brasileiro. E, sobretudo, não é ignota, não é esquecida pelo Presidente do Brasil, que vai levar Corumbá sempre no seu coração.

Muito obrigado.